

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

PATRÍCIA ANDREIA PINHEIRO ARAÚJO

ESTADO, MODERNIZAÇÃO E POBREZA NA REGIÃO SALINEIRA DE MACAU
(1964-1974)

Natal/RN

2004

PATRÍCIA ANDREIA PINHEIRO ARAÚJO

ESTADO, MODERNIZAÇÃO E POBREZA NA REGIÃO SALINEIRA DE MACAU
(1964-1974)

Monografia apresentada à disciplina
Pesquisa Histórica II, ministrada pela
Professora Denise Mattos Monteiro, do
Curso de História da Universidade Federal
do Rio Grande do Norte, sob orientação do
Professor Doutor Raimundo Pereira Alencar
Arrais.

Natal/RN

2004

**Dedico este trabalho a todos aqueles que
sofreram, direta ou indiretamente, as
conseqüências econômicas e sociais da
industrialização do parque salineiro de
Macau.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais que sempre incentivaram meus estudos e a todos os professores que, apesar das adversidades, empenham-se no desenvolvimento de um trabalho de qualidade, ensinando-nos a aprender e a educar. Em especial, ao professor Dr. Raimundo Arrais, que com segurança e dedicação orientou essa pesquisa, à professora Dra. Denise Mattos Monteiro, que dividiu conosco seus conhecimentos científicos e à professora Aurinete Girão, pela atenção ofertada durante todo o curso.

“De moinhos, que eram girassóis aos ventos,
gerando, rangendo,
as águas levando para o amanhã do sal.
Hoje imóveis moinhos
Sob estáticos azuis,
Ausentes de lestes.
Adeus. Não haveis de girar mais
Ó solitários vigias das águas”.

(Gilberto Avelino)

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Projetos aprovados pela SUDENE com recursos dos Artigos 34/18 (De 1959 a 1974)	40
Tabela 2 – Produção salineira no Brasil e no Rio Grande do Norte (De 1964 a 1974)	43
Tabela 3 – Produção salineira no Rio Grande do Norte e na região de Macau (De 1970 a 1974)	43
Tabela 4 – Distribuição média do sal norte-riograndense entre os produtores (De 1972 a 1976)	46

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A POLÍTICA NACIONAL INDUSTRIALIZANTE	14
3 A POLÍTICA SALINEIRA DO GOVERNO FEDERAL	29
4 A POLÍTICA SALINEIRA DO GOVERNO ESTADUAL	41
5 CONCLUSÃO	57
FONTES E BIBLIOGRAFIA	59

1 INTRODUÇÃO

Dentre os Estados brasileiros produtores de sal marinho destacam-se o Rio Grande do Norte, o Ceará e o Rio de Janeiro. O Rio Grande do Norte corresponde a 0,62% do território brasileiro e a 5,5% do nordestino, com uma faixa litorânea de 399 Km, banhada pelo Oceano Atlântico.¹ Trata-se de um estado bastante “beneficiado para a produção de sal marinho por dispor de condições favoráveis decorrentes de sua posição geográfica, dos ventos, da temperatura, da salinidade das águas”.²

Neste Estado, a produção salineira, que atende entre 70 e 80% da demanda nacional, concentra-se em duas regiões: uma liderada pela cidade de Macau e outra por Mossoró. Estudaremos neste trabalho especificamente a primeira que, em 1940, já era considerada “um dos maiores empórios de sal no Brasil e, talvez no mundo”.³

Entende-se aqui, como região, uma área fundamentada no mesmo tipo de “reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral”.⁴ Nesse sentido, trataremos por *região de Macau* os municípios de Pendências, Alto do Rodrigues e Guamaré, totalizando uma área de 1.679 Km².

Responsável por cerca de 70% da produção estadual de sal, a região de Macau localiza-se no extremo norte do Rio Grande do Norte e é cortada pelo Rio Piranhas-Assu e por diversos outros rios menores que desembocam nele. Em 1960, Macau possuía um grande número

¹ CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional* (Rio Grande do Norte). [S.l.], 1959. p. 17.

² SOUSA, Márcia M. L. As salinas do Rio Grande do Norte. *Caderno de História*, v. 2, n. 2, jul./dez., 1995. p. 26.

³ LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte*: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró. Mossoró: ESAM, 1990. p. 232. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 599).

⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. p. 27.

de salinas de pequeno e médio porte, funcionando em condições artesanais, isto é, utilizando pouca tecnologia e muita mão-de-obra para extração e tratamento do sal. A captação das águas, por exemplo, ocorria através do movimento natural de subida das marés e os instrumentos de trabalho para a colheita eram rudimentares, produzidos na própria região.⁵

Durante o Governo Militar, iniciado em 1964, acelerou-se o processo de modernização das indústrias salineiras, visando ao aumento da produtividade e da qualidade do sal, a fim de suprir a demanda nacional. De acordo com Sandroni, modernizar é transformar setores da sociedade, visando à superação das “estruturas tradicionais (de base rural), criando novas formas de produção, mecanismos racionais de dominação e novos padrões de comportamento”.⁶ São características de um país considerado moderno: a urbanização, a industrialização, os meios de transporte e comunicação eficientes, etc. No Brasil, em meados do século XX, a industrialização vai, por si só, ser sinônimo de modernização. Por isso, neste trabalho, o sentido de modernização se confundirá com os de industrialização, mecanização e tecnização dos meios de produção. Essa intensificação da “modernização”, ocorrida a partir da década de 1960, alteraria radicalmente o modo de captação, extração e otimização do sal na região de Macau.

Para coordenar a transição dos meios de produção no setor salineiro (do tradicional para o moderno), em escala nacional, o Governo Federal criou, em 1965, um grupo de trabalho no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), composto de renomados economistas, engenheiros e industriais, para estudar o problema do sal no Brasil, “visando sanar, e de maneira definitiva, a atual situação de elevado preço e suprimento insuficiente”.⁷ Esses

⁵ SILVA, Marlene M. da. Macau: origem e sociedade. In: MONTEIRO, A. *Notas sobre a região de Macau*. Natal: UFRN, 1985. p. 17. (Coleção Textos Acadêmicos).

⁶ SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de economia*. 3. ed. São Paulo: Ed. Best Seller. p. 224.

⁷ *O SAL no contexto econômico mundial*. Mossoró: ESAM, 1989. p. 3. (Coleção Mossoroense. Série B, n. 664).

problemas eram atribuídos aos sistema produtivo das salinas artesanais que dependiam de fatores naturais para funcionar, o que as paralisavam durante alguns meses do ano.

Enquanto nas indústrias artesanais a captação das águas dependia de fatores naturais, nas modernas é feita através de bombas hidráulicas que impulsionam a água do mar em direção aos rios, tornando o “abastecimento e a circulação contínuos e desvinculados da força do mar ou da direção dos ventos”.⁸ São as chamadas salinas *racionalizadas*, que não sofrem interrupções no processo produtivo. Estas, ao contrário das artesanais, seriam capazes de atingir os níveis de produção necessários ao atendimento da demanda de um país em expansão. Por esta razão, a industrialização das salinas vai ser incentivada pelo Estado.

Duas monografias, apresentadas ao curso de História da UFRN em 1997, referem-se à região de Macau. Uma delas, “Sindicalismo Salineiro no Rio Grande do Norte (1964-1974)”, foi realizada por Francisco Carlos de Oliveira. Como o título explicita, ela estuda o movimento sindical na região, dentro do período delimitado. A outra, “A Modernização do Parque Salineiro de Macau: causas e efeitos”, escrita por Rener Sávio Ribeiro dos Santos, remonta ao início da colonização do Estado para demonstrar a tradição da região de Macau no mercado salineiro e algumas conseqüências sociais que sua modernização trouxe para a classe operária da região específica.

A presente monografia não se remeterá aos primórdios da região, nem se preocupará em descrever a produção salifera. Seu objetivo será avaliar as conjunturas política e econômica do Brasil e do Rio Grande do Norte que favoreceram, entre os anos de 1964 e 1974, à intensificação da industrialização do parque salineiro de Macau e as conseqüências da transformação deste setor para os produtores locais, partindo do pressuposto de que o Estado

⁸ SOUSA, Márcia M. L. As salinas do Rio Grande do Norte. *Caderno de História*. p. 27.

atuou decisivamente neste processo. Embora o início da industrialização desse parque salineiro seja anterior ao período militar, remontando à década de 1950, quando foram instaladas a Companhia de Comércio e Navegação (oriunda do Rio de Janeiro, de propriedade de Paulo Ferraz) e a Henrique Lage (grupo italiano), foi a partir de 1967, com a introdução do capital holandês (CIRNE) que o processo se intensificou. Este grupo compraria, futuramente, a Companhia de Comércio e Navegação e outras pequenas salinas artesanais, vindo a se tornar o maior produtor salineiro do Rio Grande do Norte. Para estudar o fenômeno ocorrido a partir de 1967, porém, se faz necessário entender a política econômica iniciada em 1964, pelo governo “revolucionário”, sendo imprescindível, portanto, iniciar a pesquisa por este ano.

Em 1974, todas as grandes indústrias salineiras da região já haviam sido instaladas e estavam em pleno funcionamento, assim como o porto-ilha de Areia Branca. Dois legítimos testemunhos da atuação da política nacional industrializante no setor salineiro potiguar, esses dois fatos alteraram drasticamente o quadro econômico e social da região de Macau. Portanto, Além disso, o ano de 1974 assinala uma mudança na situação econômica do país, em decorrência da “crise do milagre”, que altera, por conseguinte, a economia local, merecendo, portanto, um estudo específico. Assim, justifica-se o corte temporal adotado para esta pesquisa: 1964-1974.

Para realizar esta monografia ^{Foi} será necessário analisar material bibliográfico e documental que discuta a conjuntura política-econômica nacional e local do período e as medidas governamentais que conduziram ao projeto industrializante na região salineira de Macau, seus objetivos e suas conseqüências para os produtores que já estavam neste ramo, trabalhando em condições artesanais.

A bibliografia geral, que trata da política econômica nacional, é bastante vasta, contando com uma produção variada desde os autores aos enfoques adotados por eles. Porém, na bibliografia que trabalha especificamente a atividade salineira, predominam os estudos sobre as

conseqüências sociais da industrialização do sal potiguar para a classe trabalhadora e a descrição do processo produtivo do sal, não tendo sido localizado nenhum trabalho dedicado à política governamental implantada no setor salineiro norte-riograndense. Isto reforçou a necessidade de ir às fontes documentais para a realização desta pesquisa.

A procura de fontes na cidade de Macau, pólo industrial que dá nome à sua região, foi iniciada pela Biblioteca Rui Barbosa, não sendo encontrado nada referente às décadas de 1960 a 1980. Foi visitado, também, o Museu Histórico José Elviro (criado em 1952) de propriedade do Sr. João de Aquino. Neste, os materiais não estão em condições de pesquisa, devido às péssimas condições físicas do museu, que levaram ao acondicionamento aleatório e impróprio de seu acervo, estando os documentos, literalmente, jogados em caixas de papelão sobre o chão úmido do antigo prédio que está prestes a desabar.

Na Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, foi localizado um bom acervo do Diário Oficial da União e do Rio Grande do Norte, que constituem testemunhos oficiais das políticas governamentais aplicadas entre 1964 e 1974, que analisamos e confrontamos com as informações bibliográficas.

Também na BCZM foram encontrados vários exemplares da Revista RN-ECONÔMICO. O primeiro número da revista foi lançado em 01 de novembro de 1969, tendo como diretores Marcelo Fernandes e Marcos Aurélio de Sá. A utilização desta revista como fonte deve-se ao fato da mesma conter, entre suas publicações, diversos artigos escritos pelos próprios empresários da época discutindo a política econômica em vigor, as dificuldades enfrentadas por eles e suas principais reivindicações dirigidas ao poder público. Além disso, a revista realizava, com relativa freqüência, entrevistas com autoridades e reproduzia decisões públicas de interesses dos empresários. Era, pois, uma revista destinada aos “homens que lidam com os problemas

econômico-financeiros do Estado”.⁹ A realização de entrevistas, junto ao empresariado, permitiria a observação de novos aspectos a respeito de seu ponto de vista em relação à política governamental destinada ao setor salineiro. Contudo, a exigüidade do tempo que se dispõe para realização desta monografia impediu a realização dessa tarefa.

O trabalho encontra-se dividido em três capítulos. O primeiro deles aborda a política econômica nacional, destacando a corrida industrial intensificada a partir de 1964. O capítulo seguinte refere-se à abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro (que vai financiar grande parte do projeto modernizador do Governo Federal), suas conseqüências para as empresas nacionais e as medidas federais direcionadas, especificamente, para o setor salineiro do país. O terceiro capítulo trata da posição do governo do Estado do Rio Grande do Norte em relação à política nacional, de suas decisões em relação ao setor salineiro potiguar e, principalmente, das conseqüências destas para os pequenos e médios produtores que estavam instalados na região salineira de Macau muito antes da introdução da máquina.

⁹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 1, p. 3, 1969.

2. A POLÍTICA NACIONAL INDUSTRIALIZANTE

A partir da década de 1930, a indústria brasileira se encaminharia para tornar-se o centro da economia nacional, substituindo, aos poucos, o antigo modelo primário-exportador. Inicialmente esse processo de industrialização ocorreria com lentidão em função da escassez de recursos disponíveis nos mercados nacional e internacional, conseqüência da quebra da Bolsa de Nova York, em 1929.

Nesse período, o Brasil já havia ampliado sua indústria de bens de consumo leves, de base primário-exportadora - iniciada em 1880 – transformado-a numa indústria “restringida”, que se estenderia até 1955. Esta consistia, além da consolidação da indústria leve, na introdução “de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital que formariam, no período, um ainda incipiente parque de bens de produção”¹⁰, patrocinada pelo capital industrial nacional. O processo de acumulação de capital brasileiro passava a ser determinado pelo setor industrial, concentrado na região de São Paulo.

O Nordeste, com uma economia de base agrário-exportadora, já não encontrava condições favoráveis no mercado internacional. Restava-lhe, então, direcionar sua produção para o mercado nacional. Porém, “a reestruturação do agro paulista [sic] faria com que a economia de SP se tornasse a maior produtora de açúcar e algodão, os dois produtos básicos exportáveis da economia nordestina”.¹¹ Além disso, os impostos interestaduais e o deficiente sistema de rodovias dificultavam a integração dos mercados regionais.

¹⁰ CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem mundial*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993. p. 17.

¹¹ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. 2. ed. rev. aum. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 1998. p. 52.

Na da década de 1950, durante o governo de Kubitschek (1956-1961), o Brasil experimentou uma grande mudança no setor econômico. Contudo, segundo escreveu Mendonça, foi “no tocante às *alternativas de financiamento* que o novo padrão de acumulação mais se distanciou de seu antecessor”.¹²

A política de Getúlio Vargas entre 1951 e 1953 era fortemente nacionalista, o que contrariava os interesses do capitalismo mundial. Um exemplo desse nacionalismo foi a privatização do petróleo realizada em outubro de 1953, com a criação da Petrobrás. Diferentemente, a política nacional-desenvolvimentista de Juscelino abriu as portas da industrialização do país ao capital internacional, sob condições estabelecidas pelo Plano de Metas, implantado em fevereiro de 1956.¹³ O Plano de Metas previa atuações em diversos setores: na distribuição de energia, no transporte, na alimentação, na indústria de base, na educação. Previa também a construção da cidade de Brasília, futura capital do país. Todas esses passos visavam ao favorecimento do processo de industrialização nacional, respondendo às necessidades infra-estruturais de empresários locais e estrangeiros.

Todavia, o favorecimento do setor industrial, centralizado na região Centro-Sul do país, prejudicou as demais regiões predominantemente agrárias: o governo elevou as taxas de exportação de matérias-primas e limitou seus preços no mercado interno. Assim, o setor industrial garantia sua demanda e, claro, a baixos custos. Além disso, através da substituição de importações estrangeiras, as regiões agrárias passaram a consumir os produtos nacionais

¹² MENDONÇA, Sônia R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História Geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001. p. 334. (grifo do autor).

¹³ Conforme Sandroni, “as políticas ligadas ao desenvolvimentismo concentram sua atenção nas questões relativas à taxa de investimentos, ao financiamento externo e à modernização da poupança interna. São menosprezadas as questões relativas à distribuição de renda, concentração regional das atividades econômicas, condições institucionais, sociais, políticas e culturais que influem sobre o desenvolvimento”. (SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. p. 95).

fabricados no Centro-Sul, que custavam mais caro que os importados. Contudo, segundo Cano, isso não significou a estagnação das regiões “periféricas”. Ao contrário, elas mantiveram taxas de crescimento, embora ficassem bem abaixo das taxas do Centro-Sul e dependessem desta região para obtenção de insumos industriais e para o escoamento de seus produtos.

Em 1959, o Governo Juscelino Kubitschek criou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e nomeou o economista Celso Furtado seu superintendente. Era um projeto inovador: um planejamento *regional*. Neste momento, concebia-se como região Nordeste os Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe e alguns municípios de Minas Gerais, que, juntos, compunham o Polígono das Secas. A proposta da SUDENE era integrar o Nordeste ao capitalismo nacional e, com isso, reduzir as contradições da expansão econômica brasileira que vinham desenhando dois Brasis: um industrializado, no Centro-Sul, e outro rural, no Nordeste.¹⁴

De acordo com Albuquerque júnior, até 1920, o Nordeste era visto, pelo resto do país, como um vago Norte. Foi a partir dessa década que a existência de *um Nordeste* começou a ser construída através dos discursos de políticos e artistas regionais. Os primeiros exaltavam a severidade da natureza, que castigava a região com a falta de chuvas, impedindo sua prosperidade econômica. A partir disso, Com isso, reivindicavam recursos extras ao Governo Federal. Os artistas locais, por sua vez, enalteciam as singularidades do Nordeste como forma de salvá-lo do cosmopolitismo que já invadira o Centro-Sul. Assim, o Nordeste do país foi se consolidando como a região do país exposta às desgraças das secas.¹⁵

¹⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. p. 25.

¹⁵ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999. p. 65-78.

A SUDENE não foi o primeiro órgão criado, especialmente, para atender o Polígono das Secas. Durante o período do Império, foi instituída a Comissão Imperial de Inquérito para combater os efeitos da seca de 1877-79 e ocupar, temporariamente, a imensa mão-de-obra liberada pelo setor agrícola. Já na República, em 1909, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) passando, em 1919, a se chamar Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS). Em 1945, a IFOCS foi transformada em Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS).¹⁶ Todavia, esses órgãos desenvolviam uma atividade meramente assistencialista. E era justamente nesse ponto que a SUDENE mostrava sua inovação: propunha-se não apenas ao combate imediato das secas nordestinas, mas apresentava um projeto para tornar a região auto-sustentável.

A SUDENE passaria a coordenar os demais órgãos federais dedicados ao Nordeste, como o DNOCS e o Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Por isso, “o temor pela perda do poder pelas várias burocracias que exprimiam a articulação entre interesses locais e o Governo Federal provocou a tentativa de impedir a instituição da SUDENE no Congresso Nacional, justamente por parlamentares da própria região”.¹⁷

Em termos de recursos, a SUDENE seria mantida pelo Governo Federal, que repassaria 2% de toda a receita anual para este órgão. Em contrapartida, seus planejamentos ficavam submetidos à aprovação do Congresso Nacional. Para a concretização dos projetos de longo prazo aprovados, a SUDENE contava com o financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Esse desenvolvimento desigual entre as regiões brasileiras, consequência das diferentes formas de reprodução do capital e das relações de produção entre as regiões citadas,

¹⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. p. 70.

¹⁷ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. p. 19.

vinha gerando crises políticas regionais e nacionais. A submissão da burguesia industrial nordestina aos interesses das oligarquias agrárias, por exemplo, era vista pelo Governo Federal e pela própria burguesia industrial, em expansão, como um entrave ao desenvolvimento econômico da região. Logo, a miséria da maioria da população nordestina era atribuída, por eles, ao tipo de relação de produção desenvolvida pela economia agrária. Nesse caso, a interferência planejada do Estado, que visava a implantar no Nordeste o mesmo tipo de economia burguesa-industrial do Centro-Sul, apresentava-se como solução para as disparidades sociais entre essas regiões.

A proposta era, pois, de homogeneização da economia brasileira. Contudo, a SUDENE vai possibilitar não o desenvolvimento da burguesia, tampouco do proletariado nordestinos, mas a transferência da burguesia do Centro-Sul para o Nordeste, estimulada pelos incentivos fiscais proporcionados pelo Sistema 34/18. Este consistia nas concessões feitas pelos Artigos 34 (Lei 3.99/61) e 18 (Lei 4.239/63) que aprovaram, respectivamente, o I e o II Plano Diretor da SUDENE. O primeiro deles “permitia às empresas inteiramente nacionais de todo o País deduções do imposto de renda e adicionais de até 50% para aplicação em projetos industriais aprovados para a região”¹⁸, e o segundo, de 1963, estendia estes benefícios às empresas de capital estrangeiro ou misto.

Enfim, o Centro-Sul continuaria em vantagem em relação ao Nordeste, e as classes dominantes deste – oligarquia algodoeira-pecuária e a burguesia local – ficariam submetidas à força do capital daquele. Ou seja, a Superintendência de Desenvolvimento do *Nordeste* atenderia, na prática, aos interesses da burguesia industrial do Centro-Sul do país e não seus objetivos iniciais que eram de estabelecer uma economia industrial autônoma que substituísse as

¹⁸ GOODMAN, David E.; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. p. 164.

importações regionais e de reestruturação do setor agrário, como forma de combater a pobreza no Nordeste.

Os governos estaduais também elaboraram seus planejamentos econômicos. Segundo Cano, “multiplicaram-se as instituições de apoio financeiro e de fomento, com notável expansão do número de Secretarias de Planejamento, Campanhas de Desenvolvimento e Bancos Estaduais ou Regionais de Desenvolvimento”.¹⁹ No Rio Grande do Norte, o então governador Aluizio Alves criava, em 1961, a Comissão de Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Norte para planejar a política pública e privada do Estado. Atualizava-se, assim, com a tendência federal de uma política racionalizada. Em seu governo foram criados grandes órgãos como a COSERN, em 1962, e a TELERN, em 1963, para fornecer serviços de energia elétrica e telefonia, respectivamente, indispensáveis à modernização da economia potiguar.²⁰

Seguiu-se ao Governo do Presidente Kubitschek, o de Jânio Quadros. Eleito pela UDN e por grandes empresários que defendiam a abertura econômica, Jânio tomou medidas que contrariavam as ambições daqueles: adotou uma política econômica antiinflacionária (reduzindo o crédito e cortando subsídios federais, como por exemplo, os do petróleo e do trigo) e retomou a política externa independente de Vargas e as relações diplomáticas com a União Soviética, cortadas no Governo Juscelino.

Para os assalariados a situação também não era favorável: a política antiinflacionária havia aumentado o custo de vida e reduzido o valor do *cruzeiro*, enquanto os salários haviam sido congelados. No Nordeste, em particular, mantiveram-se a miséria e o desemprego, a despeito da política regional de desenvolvimento.

¹⁹ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. p. 39.

²⁰ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002. p. 274.

Quando, em setembro de 1961, João Goulart assumiu o governo, após a renúncia de Jânio Quadros, encontrou uma economia estagnada, uma balança comercial desfavorável e uma inflação perturbadora, que, até 1964, atingiria um índice em torno de 96%/ano. Goulart não apenas deu continuidade, mas intensificou as medidas nacionalistas de Jânio, defendendo, dentre outras coisas, uma política externa independente, reformas agrária e tributária. O período foi marcado por uma forte recessão, que se estenderia até 1967 (com uma discreta recuperação em 1966), sendo o setor industrial, segundo Paul Singer, o mais afetado.²¹ Werner reforça: “1961 assinala o fim de uma era caracterizada por rápido surto de industrialização, negligência pelos setores não industriais (agricultura, educação, etc.), e por elevadas taxas de inflação”.²²

Contudo, a pequena e a alta burguesia e os assalariados dos centros urbanos reivindicavam a implantação de um capitalismo dependente. Ou seja, aberto à introdução de capital e tecnologias estrangeiros, e, conseqüentemente, com uma produção voltada para as necessidades do mercado internacional, claro, facilitada por incentivos fiscais concedidos pelo Governo.

As forças políticas socialistas também apoiavam essa estratégia econômica, pois a viam como um caminho para a implantação do socialismo no Brasil. Os grupos identificados com a agricultura exportadora e com a indústria – os setores político-econômicos mais fortes do país – viam o protecionismo alfandegário, praticado pelo capitalismo nacional, como um obstáculo à modernização e à expansão econômica do país. Lutavam, pois, pela consolidação de uma política econômica capitalista associada ou dependente, sintonizada com o sistema capitalista mundial (ausência de fronteiras econômicas).²³

²¹ SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. p. 66

²² WERNER, Baer apud IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 208.

²³ IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento econômico no Brasil*. p. 226.

Assim, empresários e políticos liberais, proprietários rurais, membros da Igreja Católica e “amplos setores da classe média pediram e estimularam a intervenção militar, como forma de pôr fim à ameaça de esquerdização do governo e de controlar a crise econômica”.²⁴ Em 31 de março de 1964, foi deflagrado o golpe, iniciando-se o período denominado Ditadura Militar (1964-1985).

A Constituição de 1946 foi mantida em vigor, porém, com algumas modificações que fortaleciam o Poder Executivo. O novo regime alteraria as estruturas políticas, mas não o modo de produção, que continuaria sendo o capitalista.²⁵

Escreveu Singer, que “o relacionamento do grande capital internacional com a economia brasileira mudou profundamente depois de 1964”.²⁶ Nesse momento, além dos Estados Unidos, os países europeus, economicamente recuperados da Segunda Guerra, também invadiram o mercado brasileiro. Todavia, os EUA predominaram com 80% do capital líquido que entrou no Brasil de 1964-1967, através Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). Reforçou-se no Brasil uma economia dependente do capital e da tecnologia estrangeiros. Era a vitória das forças liberal-conservadoras sobre o capitalismo nacionalista, com *tendências socialistas*, de Jango.

Em contrapartida ao superinvestimento, feito no Brasil, os EUA supervisionavam os passos econômicos brasileiros através de “relatórios específicos a respeito da aplicação dos empréstimos destinados a financiar projetos e de relatórios trimestrais sobre a *performance* macroeconômica do país em relação aos empréstimos-programa da USAID”.²⁷

²⁴ O GOLPE de 1964. Disponível em: http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm. Acesso em: 13 maio 2004.

²⁵ SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. p. 77.

²⁶ *Ibid.*, p. 90.

²⁷ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 319-320. (grifo do autor).

Os governos militares entre 1964 e 1985 adotaram diretrizes semelhantes. Em geral, suas políticas objetivavam controlar o índice inflacionário; ampliar as exportações de produtos agrícolas, minerais e manufaturados; racionalizar o sistema tributário e fiscal; estimular o mercado de capitais e a entrada de capital e tecnologia estrangeiros; controlar os níveis salariais do país; e integrar a política e a economia nacionais.²⁸

Enfim, os governos militares atuaram em todos os setores da economia, visando à diminuição do déficit público, o controle salarial e o aumento da arrecadação. Essas eram conquistas necessárias ao controle inflacionário, um dos maiores problemas nacionais. Para implantar essa política econômica, o Estado brasileiro contou, também, com os investimentos do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, o que encorajava os investidores estrangeiros a entrar no mercado nacional.

Castello Branco, em seu primeiro discurso como Presidente da República, assegurou “a adoção de uma estratégia para o desencadeamento de um surto de progresso”²⁹ e afirmou que o Governo Federal coordenaria a introdução do capital externo neste processo. O regime militar lançou mão de vários planejamentos econômicos para atingir esses objetivos. Entende-se como planejamento econômico um projeto onde a “organização dos fatores de produção é controlada ou direcionada por uma autoridade central. O esquema consiste na organização de metas globais a serem atingidas pela economia em determinado período, com o auxílio de controles governamentais”.³⁰

Os planos econômicos elaborados no período militar foram o Programa de Ação Econômica do Governo (1964-66), o Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico Social

²⁸ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 229.

²⁹ *Ibid.*, p. 232.

³⁰ SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de economia*. p. 263.

(1967-76), o Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-70), as Metas e Bases para a Ação Governamental (1970-72) e os Planos Nacionais de Desenvolvimento I, II e III (1972-85). Todos eles se beneficiaram de um Poder Executivo fortificado pelos Atos Institucionais e pelas Constituições de 1967 e 1969 (que manteve em vigor o AI-5 até o final de 1978). Vale ressaltar que os formuladores e executores da política econômica militar eram civis (tecnocratas) e, conforme Brum, gozavam de relativa autonomia em suas atribuições.

O primeiro deles, o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo Governo Castello Branco, tinha como um de seus *slogans* “acelerar o ritmo de desenvolvimento econômico no País, interrompido no biênio 1962-1963”.³¹ E a concepção de desenvolvimento dominante nos meios militares, divulgada pela da Escola Superior de Guerra (ESG), era de que dele dependia a segurança nacional. No caso, a segurança do próprio regime político implantado pelo Golpe. Ignorava-se, pois, desenvolvimento como qualidade de vida da população, entendendo-o apenas como crescimento econômico total, independente da maneira como este estivesse distribuído entre a população.³² Desenvolvimento correspondia, portanto, ao crescimento do capital e do avanço tecnológico.

* Reversão o papel da segurança

Em síntese, Castello Branco providenciou “as reformas que o capitalismo reclamava e permitiu que as classes dominantes lançassem sobre os ombros do proletariado os prejuízos da crise”.³³ Ou seja, proporcionou o crescimento da exploração da força de trabalho através da redução salarial a níveis inferiores aos de subsistência, aumentando, assim, a taxa de lucros dos grandes capitalistas. Com isso, o Estado favoreceu a concentração do capital nas mãos das grandes empresas, sem ter que, para isso, adotar o capitalismo liberal, onde as relações

³¹ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 235.

³² BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 303.

³³ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e Desnacionalização: (a experiência brasileira: 1964-1974)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. p. 17.

econômicas são reguladas apenas pelo mercado. Ao contrário, ele se impôs como controlador dessas relações, enquanto modificava o funcionamento do mercado de capital e da força de trabalho.³⁴

A fim de alicerçar o setor público, o PAEG estabeleceu políticas antiinflacionária, cambial, tributária e fiscal prejudiciais às pequenas e médias empresas, especialmente. Além dos antigos impostos existentes, o PAEG criou outros novos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu a relativa estabilidade do operário (antes conquistada após dez anos de serviço na empresa) por essa poupança forçada. Agora, o empresário poderia demitir qualquer funcionário, o que lhes dava maiores poderes.³⁵ A reforma tributária, em particular, “diminuiu sensivelmente o poder de decisão que os governos estaduais e municipais tinham sobre seu gasto público, tornando-os ainda seriamente comprometidos em suas finanças públicas”.³⁶ Assim, o poder político centralizava-se nas mãos do Governo Federal e a arrecadação nos cofres da União.

Contudo, o PAEG alcançou as metas previstas pelo governo: amenizou a inflação, recuperou o déficit público, equilibrou a balança comercial, dentre outras coisas, ainda que às custas da falência de muitos pequenos e médios empresários (com a conseqüente demissão de seus funcionários) e da perda salarial dos trabalhadores que conseguiram manter-se empregados.

O Governo Castello Branco elaborou, ainda, o Plano Decenal que deveria ser implantado nos anos de 1967-1976. Este plano previa a ação econômica direta da União, através de suas autarquias, empresas e sociedades de economia mista e, também, sua ação indireta sobre o mercado privado, definido critérios para regulamentação de suas atividades.³⁷ Esse plano

³⁴ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 236.

³⁵ BANDEIRA, op. cit., p. 26.

³⁶ CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1995)*. p. 39.

³⁷ IANNI, op. Cit., p. 238.

deveria se executado em dois quinquênios: 1967-1971 e 1972-1976, para facilitar as previsões da equipe econômica do Governo. De acordo com Brum, a Plano Decenal era uma tentativa de Castello Branco de influenciar a política econômica dos próximos governantes, tanto que ele cuidou para que o novo Presidente da República assumisse o cargo já sob uma nova Constituição (implantada em 15 de março de 1967) e um plano econômico definidos.³⁸

Seu sucessor, Costa e Silva, porém, não implantou o Plano Decenal. Preferiu criar seu próprio plano econômico. Foi criado, então, o Programa Estratégico de Desenvolvimento, afirmando que “o desenvolvimento há de ser, portanto, o nosso objetivo básico, que condicionará toda a política nacional, no campo interno como nas relações com o exterior”.³⁹

Costa e Silva propunha *humanizar a revolução*, isto é, amenizar as consequências do projeto econômico do governo anterior para os assalariados e a carga tributária imposta pelo PAEG aos empresários do setor privado. Além disso, de acordo com Ianni, parecia intencionar a reorientação da política econômica do país para um desenvolvimento independente.⁴⁰ Todavia, isso não foi possível, uma vez que as forças políticas e econômicas do governo anterior permaneceram no poder. O Programa Estratégico de Desenvolvimento trilharia, portanto, os mesmos caminhos indicados pelo Governo Castello Branco, aperfeiçoando o funcionamento e incentivando a expansão da empresa privada, nacional e multinacional.⁴¹

Nesse período (1968), o Nordeste crescia em exportações totais apenas 2,1% ao ano, enquanto suas exportações externas alcançavam a taxa de 4,3%. Essa reduzida razão de exportações internas nordestinas deveu-se à expansão das outras regiões brasileiras, antes abastecidas pelo Nordeste. Esse processo de substituição de importações, desenvolvidos noutras

³⁸ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 309.

³⁹ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 245.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 243.

⁴¹ *Ibid.*, p. 244.

regiões do país, retirou do Nordeste mercados que ele poderia ter mantido, “se as decisões de política econômica houvessem também considerado a necessidade de uma alocação de recursos visando à complementaridade inter-regional dos fluxos econômicos internos”.⁴² Além disso, o programa de desenvolvimento econômico para o Nordeste estimulava suas necessidades por bens de capital e por bens de consumo, não produzidos nessa região. Ou seja, paralelamente à perda de mercados internos, o Nordeste aumentava seu número de importações. Essa realidade favorecia ao aumento do *déficit* regional, que poderia ser reduzido se o mercado local substituísse as importações inter-regionais e voltasse a exportar para o resto do País.

Conforme foi citado, a idéia de planejamento econômico estava fortemente arraigada às diretrizes dos governos militares. E, nela, o Executivo figurava como base. Num sistema capitalista, segundo Oliveira, o planejamento consiste na racionalização da reprodução ampliada do capital, ou seja, ele estabelece as condições de obtenção e transformação da mais-valia em capital.⁴³ Essa transformação, por sua vez, depende da disponibilidade de capital e da força-de-trabalho no mercado. No caso específico do planejamento para o Nordeste, o capital era esmagadoramente proveniente do Centro-Sul e do exterior, enquanto a força-de-trabalho era nordestina.

Ianni esclarece que na medida em que se institucionaliza o processo de planejamento, o Poder Executivo se fortalece, pois aumenta sua capacidade de informação, de diagnóstico, de avaliação, de decisão e de execução de suas decisões.⁴⁴ O Governo detinha, nesse sentido, as ferramentas necessárias à expansão da produção e à dinamização do processo de

⁴² GOODMAN, David E.; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. p. 75.

⁴³ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste*. p. 24.

⁴⁴ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 219.

desenvolvimento. Ou seja, o setor privado não dependia unicamente de sua capacidade, mas, principalmente, das condições oferecidas pelo setor público.

Nesse sentido, justificava-se a necessidade de um Executivo forte e politicamente estável que garantisse as condições necessárias à acumulação do capital e ao crescimento econômico. E, segundo Brum, a intervenção do Estado na economia é bem-aceita pela burguesia, quando ela é o principal beneficiário das medidas implantadas por ele.⁴⁵ Existia entre eles uma espécie de dependência mútua: se o Estado “assegurava a ordem e propiciava um mercado dentro de suas fronteiras, a empresa era fonte de energia da economia nacional”.⁴⁶

O Marechal-Presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-74), ex-chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação), no entanto, ao assumir o Governo não apresentou de imediato um projeto econômico sistematizado ao Legislativo ou a sociedade. Esse governo compreendia que a economia estava sob controle, o que o deixava mais *descansado* para estabelecer suas diretrizes. Isso explicava, segundo Bandeira, a ironia do então Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, quando se questionava sobre o planejamento estatal, referindo-se á ele como uma espécie de futurologia. Mas, o Ministro não escondia a intenção governamental de modernizar, cada vez mais, a administração pública e de confirmá-la como guia do mercado privado, sem modificar as estruturas políticas e sociais.⁴⁷ O liberalismo econômico posto em prática na década de 1950 já não encontrava espaço no regime militar.

Somente em 1970, o Governo Médici lançou um plano econômico, o I Plano Nacional de Desenvolvimento (1970-74). Sua estratégia, de acordo com Brum, buscava conciliar

⁴⁵ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 304.

⁴⁶ (Cf. Tese apresentada pela Câmara Americana de Comércio à VIII Conferência Brasileira do Comércio Exterior, em O Estado de S. Paulo, 8/3/1970, p. 63: “A importância das empresas multinacionais no mundo” apud IANNI, op. cit., p. 271.)

⁴⁷ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização: (a experiência brasileira: 1964-1974)*. p. 43.

crescimento acelerado da economia e controle inflacionário. Apostava na expansão industrial, “sobretudo a indústria de bens de consumo duráveis. Era uma opção que priorizava o consumo das camadas alta e média da sociedade e os setores industriais que produziam esses bens”.⁴⁸ Ou seja, um tipo de produto que não correspondia ao poder aquisitivo da imensa maioria da população local, como automóveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos.

O período de 1969 a 1973 significou a maior expressão da industrialização, da desnacionalização e da concentração de capital no Brasil, ocorridos no período militar. Essa transformação é bastante visível nos setores industrial e financeiro. Esse crescimento acelerado, que iniciou após a estabilização política e foi comprovado pelas taxas anuais de até 11,3% (inéditas no Brasil), ficou conhecido como “milagre brasileiro”. Esse milagre, liderado pelo setor industrial, proporcionou taxas anuais de crescimento em torno de 10%, enquanto a inflação era reduzida a menos de 20% ao ano. Deveu-se, também, a uma conjuntura mundial favorável: disponibilidade de crédito internacional, tanto para o Estado (que arcava com a infra-estrutura), quanto para investimentos diretos (multinacionais).

No Nordeste, o milagre apresentava, em 1970, taxas de crescimento em torno de 81%, em relação ao ano de 1959, quando foi implantada a SUDENE, com o objetivo de viabilizar/financiar o crescimento econômico do Nordeste. Esse índice era liderado pelos estados da Bahia e de Pernambuco, que receberam, juntos, cerca de 65% dos investimentos direcionados para a região. Isso demonstra que nem mesmo o projeto de *homogeneização* da economia do país era, na prática, *homogêneo*.

⁴⁸ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 322.

3 A POLÍTICA SALINEIRA DO GOVERNO FEDERAL

Durante o Governo militar, o capital estrangeiro tornou-se mais presente no setor salineiro norte-riograndense, através de incentivos federais à fusão entre empresas nacionais e estrangeiras (de capitais industriais e/ou financeiros). De acordo com Singer, esse tipo de concentração empresarial interessava à política nacional antiinflacionária adotada, porque esta exigia “uma estreita colaboração entre o governo e a empresa privada, a qual é muito mais fácil de organizar em setores dominados por pequeno número de grandes empresas”.⁴⁹

Todavia, o que se tornou bastante comum no Brasil não foi a fusão entre empresas, mas a assimilação de empresas nacionais por multinacionais. Isso se deu, inicialmente, em função das cargas tributária e fiscal impostas pelo Programa de Ação Econômica do Governo, que geraram quedas na liquidez e na demanda das pequenas e médias empresas. Como confirmou Bandeira, o problema da liquidez, devido à política antiinflacionária, estava provocando: “a) falências e concordatas em escala crescente; b) associação (ou simples absorção) de empresas nacionais por empresas multinacionais”⁵⁰ ou até mesmo, em pequenas proporções, por outras empresas nacionais, com melhores tecnologias e estabilidade no mercado. Segundo Ianni, até mesmo grandes grupos, inclusive de capital europeu, fecharam as portas de suas empresas no Brasil pela falta de capital de giro.⁵¹ Esse processo atingiu vários setores produtivos do país, inclusive o salineiro. No capítulo seguinte poderemos observar seus efeitos, especificamente, sobre a região salineira de Macau.

⁴⁹ SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. p. 86.

⁵⁰ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e Desnacionalização* : (a experiência brasileira: 1964-1974). p. 98.

⁵¹ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 248.

Os motivos que levaram à desnacionalização de empresas vão desde a falta de capital de giro a uma oferta irrecusável de compra em tempos difíceis. Por sua vez, as empresas que se filiavam ou eram absorvidas por multinacionais beneficiavam-se de créditos concedidos em operações de trocas (*swaps*), mediante apresentação de aval de um banco estrangeiro (o que excluía as empresas nacionais), e da Instrução nº 289, da SUMOC (Superintendência da Moeda e do Crédito), posta em vigor em 14 de janeiro de 1965.

Denomina-se *swap* um contrato de “troca de indexadores, que funciona como hedge (proteção), permitindo conseqüentemente aos participantes do mercado se protegerem dos riscos inerentes aos ativos que operam”.⁵² Através deste tipo de operação, os negociantes podem acordar sobre os indicadores de juros e prazos de pagamento, que se tornam invariáveis às taxas cambiais. Assim, um empresário assume uma determinada taxa de juros, provavelmente acima da média, para não correr o risco cambial, enquanto o banco assume este risco em troca dos lucros certos que serão obtidos com as taxas de juros.

A Instrução nº 289, por sua vez, “autorizava a Carteira de Câmbio do Banco do Brasil a efetuar compras de moeda estrangeira, assegurando ao vendedor o direito de recomprá-la no mesmo ato ou assim que o decidisse”⁵³, desde que devolvesse, em cruzeiros, o valor do dólar atualizado, e não seu valor quando da realização da transação.

No primeiro ano da ditadura, os *swaps* e a Instrução 289 liberaram recursos em torno de Cr\$ 482 bilhões (US\$ 297,5 milhões, ao Câmbio da época), o que representou um aumento de 210% (mais de Cr\$ 328 bilhões) em relação ao ano anterior, que foi de Cr\$ 153,8

⁵² SWAP. Disponível em: <http://www.estudando.com/economia/mercado_fin/swap.htm>. Acesso em: 17 maio 2004.

⁵³ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 264.

bilhões, enquanto os créditos nacionais cresceram apenas 26% (Cr\$ 166,9 bilhões), passando de Cr\$ 646,7 bilhões para Cr\$ 813,6 bilhões.⁵⁴

O discurso político teorizava que a ~~facilitada obtenção de créditos no exterior~~, beneficiando às multinacionais, permitiria a destinação prioritária do crédito interno às empresas nacionais. Na prática, aquelas terminaram por ter acesso aos dois tipos de financiamento: o externo (obtido através de suas matrizes) e o interno que, provenientes do Estado, não lhes fora impossibilitado. Embora os empréstimos concedidos pelo Estado não fossem fartos, pois eram restringidos pela política antiinflacionária, eles somar-se-iam aos créditos internacionais (isentos de fiscalização).

Outro fator que ~~atraiu os grandes capitais internacionais ao Brasil~~ foi a criação de empresas estatais destinadas a arcar com a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento das empresas privadas. Assim, o Estado ~~responsabilizou-se pelo sistema de transportes, energia, comunicações, e pelos setores produtores de matérias-primas básicas como o siderúrgico, o petrolífero, o petroquímico, dentre outros. O capital industrial estrangeiro concentrou-se, assim,~~ “nos setores de alta tecnologia, mais modernos e dinâmicos como a produção de bens de consumo duráveis, indústria química e farmacêutica, elétrica e eletrônica”⁵⁵, isto é, nos setores mais lucrativos do mercado, enquanto o privado nacional manteve-se nos ramos mais tradicionais.

De acordo com Bandeira, além dos favorecimentos estatais, as multinacionais ainda empregavam métodos de concorrência desleal para dominar o mercado, reduzindo seus preços em cerca de 30 a 40% (subsidiadas por suas matrizes no exterior), prejudicando o

⁵⁴ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização: (a experiência brasileira: 1964-1974)*. p. 104.

⁵⁵ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 340.

faturamento das concorrentes nacionais, que iam, conseqüentemente, perdendo sua estabilidade financeira e necessitando, cada vez mais, recorrer a empréstimos bancários.⁵⁶ Porém, as fusões/absorções de empresas financeiras entre si, ou com grandes indústrias, também vinham eliminando ou limitando os pequenos bancos regionais, predominando no mercado as grandes agências financeiras, às quais os pequenos empresários não tinham acesso. Ou seja, os pequenos empresários tornavam-se financeiramente instáveis e sem crédito junto aos grandes bancos, o que os impossibilitava de concorrer com os oligopólios instalados no mercado.

As empresas nacionais encontravam-se, portanto, enfraquecidas pela política econômica descrita. Brum enumera quatro razões principais de sua fraqueza: o controle interno de preços durante o governo Goulart (enquanto as multinacionais podiam compensar com operações externas); a falta de recursos para importação matéria-prima, dada a escassez de câmbio (enquanto as multinacionais eram subsidiadas por suas matrizes); os altos juros sobre impostos pagos (com atraso); e a incapacidade de acompanhar o desenvolvimento tecnológico em andamento no setor industrial.⁵⁷

Diante desse desequilíbrio entre as pequenas e médias indústrias nacionais e as grandes multinacionais, o Governo Federal elaborou algumas formas de crédito, destinados a estruturar as primeiras, sem, entretanto, prejudicar as últimas. Dentre eles estavam o Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais (FINAME), Programa de Financiamento de Pequenas e Médias Empresas (FIPEME), Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e o Fundo para importação de Bens de Produção (FIBEP), disponibilizados através do BNB, após aprovação dos projetos por órgão competente (no caso do Nordeste, pela SUDENE). Esses fundos deveriam financiar desde máquinas e equipamentos até estudos de

⁵⁶ BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização: (a experiência brasileira: 1964-1974)*. p. 107.

⁵⁷ BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. p. 317.

viabilidade de projetos, serviços de assistência técnica e consultoria econômica. O Banco do Brasil também fornecia recursos federais através da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), pertencente à Carteira de exportação.⁵⁸

De acordo com Mendonça, além de favorecer a concentração de capitais e empresas, a inserção de multinacionais na economia brasileira introduziu técnicas capazes de aumentar a capacidade de produção, que, por sua vez, passaram a exigir uma maior disponibilidade de matérias-primas.

Dentre as empresas que mais se modernizaram e internacionalizaram seus capitais, em nível nacional, estão as indústrias química e petroquímica, mais presentes no sudeste do país (apesar da instalação de refinarias estatais de petróleo em outras regiões na década de 1970). Conforme dados indicados por Ianni, entre 1965 e 1968, o Grupo Executivo da Indústria Química (GEIQUIM) aprovou treze projetos: seis de grupos brasileiros e sete de grupos estrangeiros (quatro norte-americanos). Estes representavam mais de 60% dos investimentos no setor. Até 1970, este setor triplicara sua produção em relação à década anterior. Quanto ao petroquímico, recebeu vigoroso impulso a partir de 1965, a partir do “encadeamento dinâmico entre as decisões tomadas em nível do poder público e o capital e a tecnologia, mobilizados pela iniciativa privada”.⁵⁹

Uma matéria-prima indispensável à indústria química é o sal. O Rio-Grande do Norte, como maior produtor nacional de sal, ganhava importância na economia do país. Em 1964, a indústria química já consumia 50% da produção salineira nacional. Isso se deve ao fato de que 104 produtos químicos entre os 150 mais importantes, são feitos à base de sódio e cloro,

⁵⁸ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 8, p. 14, 1970.

⁵⁹ IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. p. 267-268.

principais componentes do sal. Dentre esses produtos estão o plástico, a borracha sintética, a tintas e a refrigeração.⁶⁰

A introdução do capital externo (nacional e internacional) na região salineira de Macau é anterior ao Regime Militar. Em 1940, Nestor Lima já informava a respeito de sua introdução sob formas de “salários, materiais, edifícios e outros melhoramentos urbanos e instalações industriais”.⁶¹ Porém, com a expansão crescente da indústria química, a demanda de sal passou a ser muitas vezes superior à que se produzia no país. Os salicultores, por sua vez, passaram a ser pressionados pelos empresários químicos que solicitavam maior quantidade de sal (a preços mais baixos), e pelo Governo Estadual, que objetivava mecanizar suas estruturas tradicionais para atender às necessidades do mercado industrial e, com isso, integrar-se à dinâmica modernizante federal. Ou seja, a capacidade competitiva da indústria química brasileira no mercado internacional dependia, diretamente, da industrialização do parque salineiro nacional, principalmente do potiguar, o maior do país.

O modo mais rápido de alcançar a modernização nas salinas era eliminar o fracionamento empresarial no setor salineiro, através do incentivo à entrada do grande capital nesse mercado, uma vez que somente ele dispunha dos altos recursos exigidos para tamanha empreitada. Foi por esta razão que a política governamental do país passou a estimular a concentração de empresas salineiras na região de Macau.

Mas não seria essa a primeira vez que a produção de sal norte-riograndense adaptava-se às exigências do mercado externo. No início do século XIX as salinas já haviam se expandido “para atender à necessidade de abastecer os mercados de Pernambuco e do Centro-

⁶⁰ *O SAL no contexto econômico mundial*. p. 4.

⁶¹ LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte*: Macaíba, Macau, Martins e Mossoró. p. 223.

Sul”.⁶² Todavia, o governo central não favoreceu essa expansão, que sofreu um arrefecimento, voltando a crescer nas últimas décadas do mesmo século, financiada por capitais oriundos do Centro-Sul do país. Também não era novidade a interferência da União na atividade salífera do país. Ao contrário, vários órgãos públicos já haviam sido criados com a finalidade de regulamentar a comercialização, o preço e a qualidade do sal. O primeiro deles foi uma Repartição criada em 1641 e extinta em 1852. Em seguida foi criado, em 10 de junho de 1940, o Instituto Nacional do Sal (INS), pelo Decreto-lei nº 2.300, durante o Estado Novo. Em 13 de maio de 1957, Juscelino Kubitschek transformou o INS em Instituto Brasileiro do Sal (IBS), através da Lei nº 3.317. Em 02 de agosto de 1967, o Governo Militar extinguiu o IBS e criou a Comissão Executiva do Sal (CES), conforme Decreto nº 57, que estabelecia uma política econômica para o sal.

A Comissão Executiva do Sal foi sediada no Rio de Janeiro, possuindo Inspetorias Regionais em estados como Maranhão, Ceará e Sergipe. De acordo com seu regimento, todas as salinas deveriam apresentar-lhe documentos e plantas (nas escalas de 1:100 a 1:10.000, assinadas por profissional habilitado no CREA), para obterem um registro obrigatório. Além das salinas, “o registro era obrigatório para os distribuidores, beneficiadores, cooperativas, reembaladores, moageiros e refinarias”.⁶³ A Comissão Executiva do Sal entrava oficialmente em ação no ano de 1968, como o órgão público responsável pela política salineira em vigor a partir de então. Seria extinta em 11 de dezembro de 1986, pelo então Presidente da República, José Sarney, através do Decreto nº 93.614.

Foi exatamente no final da década de 1960 que as empresas salineiras intensificaram seu processo de industrialização, com o apoio financeiro da SUDENE. Como foi

⁶² SOUSA, Márcia M. L. As salinas do Rio Grande do Norte. *Caderno de História*. p. 24.

⁶³ Disponível em: <<http://www.riolagos.com.br/calsj/la-usos.htm>>. Acesso em: 18 jun 2004.

referido na introdução, este processo havia se iniciado na década de 1950 pelas salinas Companhia de Comércio e Navegação e Henrique Lage. Em 1968 foi inaugurado um Escritório Regional da SUDENE em Natal, em atenção ao pedido do Presidente da Federação das Indústrias do RN, tornando os recursos federais do Sistema 34/18 mais acessíveis ao empresariado potiguar. Segundo Rômulo Xavier, chefe do Escritório da SUDENE em Natal, até 1968 não teria havido uma divulgação clara e precisa do programa da Superintendência no Rio Grande do Norte, pois, até então, o escritório mais próximo localizava-se em Recife.⁶⁴ Em 1969, os recursos enviados ao Estado já haviam aumentado em 154%, comparados aos do ano anterior, o que proporcionava um clima de otimismo entre os industriais em relação à proposta da SUDENE.⁶⁵

Mas não tardaram as reclamações da classe empresarial sobre as condições de captação dos créditos do sistema 34/18. Dentre as principais queixas estavam a exigência feita pela SUDENE de um capital de giro em torno de 20% do total pretendido; a falta de contato entre as empresas beneficiadas e as depositantes (aquelas que deduziam impostos, redirecionando-os para a área de atuação da Sudene - geralmente localizadas no Centro-Sul e no exterior); a preferência das depositantes por empresas já consolidadas e localizadas em áreas com boa infraestrutura e grandes mercados consumidores; e a demora para aprovação do crédito pelo Conselho Deliberativo da Sudene, que levava, em média, oito meses. Do ponto de vista do Deputado Estadual, Varemir Targino, até 1969, a Superintendência não havia atingido seu objetivo, que era “corrigir a distorção entre as regiões Nordeste e Centro-Sul”.⁶⁶

Em relação ao setor salineiro norte-riograndense, até novembro de 1970, a SUDENE somente havia liberado verbas para ampliação de grandes salinas como Henrique Lage

⁶⁴ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 20, p. 15, 1970.

⁶⁵ Ibid., n. 20, p. 10, 1970.

⁶⁶ Ibid., n. 4, p. 1, 1969.

e Companhia de Comércio e Navegação – na região de Macau - e SOSAL e Salinas Guanabara – na região de Mossoró; e para implantação da CIRNE, em Macau.⁶⁷ Esta última viria a se tornar a maior salina do Rio Grande do Norte, funcionando em condições de total mecanização, chegando, inclusive, a absorver a Companhia Comércio e Navegação. Ou seja, até 1970, os pequenos e médios salicultores não constavam na lista dos beneficiados pela SUDENE.

O Governo Federal havia decidido, no mesmo ano, implantar um incentivo fiscal que beneficiaria as atividades minerais do país, inclusive a salineira. Consistia na substituição dos impostos pagos pelas atividades minerais pelo Imposto Único Sobre Minerais, pago à União. Isso excluía qualquer outro tributo sobre os mesmos, inclusive os estaduais como o ICM e o Imposto sobre produtos industrializados (IPI). O Imposto Único foi instituído pelo Decreto nº 66.694 de 11 de junho de 1970, publicado no Diário Oficial da União de 15 de junho do mesmo ano. Este benefício alcançava as operações de extração, circulação, exportação e consumo de minerais ou fósseis originários do país, mesmo após seu beneficiamento, desde que este não alterasse a identidade das substâncias. Para águas minerais, salgema e sal marinho, ficava estabelecida uma alíquota de 17%.⁶⁸

Essa medida do Governo Federal favorecia as atividades minerais, pois reduzia sua carga tributária, possibilitando queda nos preços dos minérios nacionais, permitindo-lhes competir no mercado internacional. Porém, o Imposto Único não agradou aos Estados brasileiros, antes favorecidos com a arrecadação dos diversos impostos cobrados. Para amenizar as reclamações estaduais, o Governo Federal optou por assumir parte da perda que os Estados

⁶⁷ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 19, p. 9, 1970.

⁶⁸ DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Brasília, 15 jun 1970.

viesses a sofrer, em suas arrecadações. O Imposto Único, porém, seria extinto em 31 de dezembro de 1972, por razões que serão citadas no capítulo seguinte.⁶⁹

O empresariado regional, em geral, não havia sido beneficiado pelos recursos do Sistema 34/18. Tentando corrigir os desequilíbrios entre a oferta e a procura de recursos públicos e agilizar os financiamentos para os projetos aprovados pela SUDENE, o Governo Federal criou vários fundos de investimentos que ficaram conhecidos como “Fundão”. O Fundão foi regulamentado em 12 de dezembro de 1974, pelo Decreto nº 1.376, entrando em vigor em 01 de julho de 1975.

O Fundão compreendia o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), que visava agilizar recursos para os projetos aprovados pela SUDENE, o fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) para os projetos aprovados pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Fundo de Investimento em Turismo, Reflorestamento e Pesca (FISEP).⁷⁰ O FINOR seria coordenado pelo BNB e o FINAM pelo Banco da Amazônia, ambos supervisionados por suas respectivas superintendências, enquanto o FISEP seria administrado pelo Banco do Brasil, sob os olhos da Embratur, da SUDEPE e do IBDF. O Fundão não eliminava as agências regionais da SUDENE ou da SUDAM. Ao contrário, elas continuariam com suas “atribuições de definir prioridades, analisar e aprovar projetos em condições de receber incentivos fiscais, autorizando os respectivos bancos operadores”.⁷¹

O Fundão não se restringia ao setor industrial. Ao contrário, estendia-se ao setor agrícola, predominante no Nordeste. Sua maior vantagem para o empresário, em relação ao 34/18, era que uma vez o projeto aprovado pela SUDENE, os recursos já tinham endereço certo:

⁶⁹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 7, p. 10, 1970.

⁷⁰ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 282.

⁷¹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 61, p. 9, 1975.

o BNB. No caso do Rio Grande do Norte, os recursos do BNB seriam repassados através do BDRN. Antes, pelo 34/18, quando um projeto era aprovado o empresário saía em busca de quem se interessasse em investir na sua empresa. O Fundão previa, ainda, a diminuição das exigências e garantias às empresas atendidas (como a taxa de capital fixo e de giro), facilitando o acesso de empresas menores aos recursos públicos.⁷²

No caso das indústrias salineiras, o fundo de onde poderia vir a assistência era o FINOR. Os projetos aprovados pela SUDENE, antes da regulamentação desse fundo, não seriam, necessariamente, excluídos de seus benefícios. Ao contrário, eles seriam avaliados e, caso atendessem às suas prioridades⁷³ e apresentassem viabilidade econômica e técnica, deveriam receber seus recursos. No Rio Grande do Norte, oito empresas, com projetos anteriormente aprovados, viviam a expectativa de serem beneficiadas pelo FINOR. Dente elas estava uma indústria salineira: a SOSAL, na região de Mossoró.⁷⁴

Segundo a RN-ECONÔMICO, a Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte (FIERN) poderia ser indicada como a “primeira entidade de classe, no Nordeste, a apresentar um trabalho de importância transcendental para a implantação do Projeto-Lei que instituiu o chamado Fundão”⁷⁵, tendo enviado, em 1972, uma proposta à Conferência Nacional das Classes Produtoras (CONCLAP), realizada no Rio de Janeiro. A proposta sugeria a criação do Depósito Nacional para Investimentos, com detalhes muito semelhantes ao que veio a se tornar o Fundão. Em resposta ao documento enviado pela FIERN, o então superintendente da SUDENE, Evandro Moreira de Souza Lima, o classificou como uma lúcida proposta. Talvez essa

⁷² RN-ECONÔMICO, Natal, p. 10, 1975.

⁷³ As prioridades do FINOR e dos outros fundos estão dispostas na Portaria nº 44/75, do Governo Federal.

⁷⁴ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 63, p. 15, 1975.

⁷⁵ Ibid., n. 61, p. 18, 1975.

atitude da FIERN deva-se ao fato de que o Rio Grande do Norte era um dos Estados nordestinos menos beneficiados pelo Sistema 34/18, conforme mostra a tabela 1:

Tabela 1 – Projetos aprovados pela SUDENE com recursos dos Artigos 34/18 (De 1959 a 1974)

Estados	Investimentos Totais	Porcentagem %	Artigos 34/18	Porcentagem %
Bahia	12.760.165.090	45,1	3.533.305.975	34
Pernambuco	6.770.773.258	24,22	2.536.725.062	24,12
Ceará	1.781.710.361	7	944.644.117	9
Minas Gerais	1.574.733.519	6,16	798.272.051	8
Paraíba	1.487.773.636	6	678.245.611	6,44
Rio Grande do Norte	1.267.343.865	4,13	735.032.970	6,1
Piauí	980.592.772	3,67	397.617.969	4
Maranhão	760.040.933	2,19	484.926.825	4,87
Alagoas	492.292.605	1,21	312.266.139	2,1
Sergipe	313.851.031	1,32	143.269.871	1,37
TOTAL	28.117.277.889	100	10.564.306.590	100

Fonte: RN-ECONÔMICO, Natal, n. 61, p. 75, 1975.

Devido às dificuldades para captação dos recursos federais, como por exemplo, as do Sistema 34/18, os governos estaduais desenvolveram, independentemente da União, mecanismos diferenciados para atrair os grandes investimentos privados e se integrarem ao processo de industrialização nacional. Entendia-se a industrialização como sinônimo de desenvolvimento econômico, como veremos no capítulo seguinte.

4 A POLÍTICA SALINEIRA DO GOVERNO ESTADUAL

Os Estados brasileiros, em geral, aderiram à política industrializante do Governo Federal, buscando estimular o crescimento industrial em seus territórios. Para tanto, desenvolveram políticas próprias, paralelamente ao incentivo nacional. O meio mais utilizado por eles foi a isenção ou a redução da taxa do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Segundo os empresários, com a isenção do ICM o Estado perdia em arrecadação, mas ganhava com a geração de empregos e a circulação de riquezas, equilibrando sua economia.⁷⁶

Em seu primeiro número, publicado em 01 de novembro de 1969, a revista RN-ECONÔMICO divulgava a decisão do Governo Estadual de adotar uma base de cálculo especial para a cobrança do ICM sobre o sal e algodão, dois importantes produtos da economia potiguar.⁷⁷ No caso do sal, esse incentivo fiscal era criado num momento crucial para este setor, quando crescia a concorrência com o salgema⁷⁸, produzido em Alagoas e Sergipe, “de muito menor custo de utilização”.⁷⁹

Mas, o benefício da liberação do ICM não solucionou todos os problemas enfrentados pela atividade salineira no Rio Grande do Norte. Tanto que, nos dias 24 de 25 de julho de 1970, realizou-se, em Natal, a Reunião Setorial do Sal, reunindo os salicultores do Estado, sob a coordenação da Federação das Indústrias do Rio Grande do Norte, para discutir os principais obstáculos à produção salífera. Nesta reunião, eles elaboraram um relatório para ser enviado à Convenção Nacional da Indústria, que foi publicado, na íntegra, na RN-ECONÔMICO

⁷⁶ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 35, p. 6, 1972.

⁷⁷ Ibid., n. 01, p. 7, 1969.

⁷⁸ Salgema é um “cloreto de sódio mineral, geralmente encontrado em depósitos estratificados que ocorrem com relativa abundância em várias partes do mundo. Inclui-se entre as jazidas mais importantes do mundo, a de Stassfurt, na Alemanha [...], nos Estados Unidos da América, as jazidas de salgema são abundantes e se distribuem por uma série de Estados”. (*O SAL no contexto econômico mundial*. p. 10).

⁷⁹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 1, p. 13, 1969.

de novembro do mesmo ano. Grosso modo, o relatório fazia as seguintes reivindicações ao Governo Federal: a criação de um órgão executivo para prestar assistência e orientação técnicas às salinas; a utilização de 10% do valor arrecadado pelo Imposto Sobre Minerais em pesquisas para melhorar a produtividade e a rentabilidade das empresas; incentivos à formação de mão-de-obra especializada na produção do sal, ao uso do produto na pecuária (para aumentar o consumo interno) e à exportação; a eletrificação das salinas já mecanizadas ou em fase de mecanização; a melhoria imediata do sistema de transportes marítimo e rodoviário para reduzir os custos e facilitar o escoamento da produção; e a redução dos encargos trabalhistas. Todas essas solicitações demonstram que os incentivos públicos disponibilizados, até então, à indústria salineira não haviam sido muito eficazes.⁸⁰

Em 1971, Cortez Pereira assumiu o governo estadual, tendo sido eleito indiretamente.⁸¹ Prometia grandes avanços econômicos para o Rio Grande do Norte. Em relação ao setor salineiro, Cortez afirmava estar disposto a “encontrar a solução para a difícil situação em que se encontram não apenas os produtores do sal, mas, principalmente, os operários jogados fora da salinas pelos braços da mecanização”.⁸² No ano seguinte, a atividade salineira no Estado, assim como muitos ramos da economia norte-rio-grandense, deu sinal de crescimento. Podemos observar o avanço da produção salineira potiguar, durante a primeira década do Regime Militar, na tabela 2:

⁸⁰ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 16, p. 21, 1970.

⁸¹ Ver Ato Institucional nº 3, publicado no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 1966, p. 1.

⁸² RN-ECONÔMICO, Natal, n. 19, p. 16, 1970.

Tabela 2 – Produção salineira no Brasil e no Rio Grande do Norte (De 1964 a 1974)

Produção				
Período/Ano	Brasil (t/ano)	%	Rio Grande do Norte (t/ano)	%
1964	699.618	100	521.292	74,5
1965	1.140.090	100	818.645	71,8
1966	1.325.270	100	953.307	71,9
1967	927.802	100	654.363	70,5
1968	1.248.000	100	776.000	62,1
1969	1.629.507	100	1.372.860	84
1970	1.826.172	100	1.095.312	59
1971	1.476.864	100	916.645	62
1972	2.168.082	100	1.551.062	71,5
1973	1.854.594	100	1.328.502	71,6
1974	1.552.418	100	971.286	62,5
TOTAL	15.848.417	100	10.959.274	69,2

Fonte: ABERSAL apud PAIVA FILHO, Francisco das C. *Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária, 1987. p. 23.

A-tabela acima identifica o Rio Grande do Norte como principal produtor de sal do Brasil entre 1964 e 1974. Grande parte da produção potiguar descrita na tabela 2 era oriunda da região de Macau, como revela a tabela 3, que segue abaixo:

Tabela 3 – Produção salineira no Rio Grande do Norte e na região de Macau (De 1970 a 1974)

Produção				
Período/Ano	RN (t)	%	Região de Macau (t)	%
1970	1.095.313	100	534.364	48,7
1971	916.645	100	395.900	43,1
1972	1.551.063	100	646.903	41,7
1973	1.328.502	100	538.543	40,5
1974	971.286	100	421.175	43,3
TOTAL	5.862.809	100	2.536.885	43,2

Fonte: BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. *Sinopse estatística da indústria salineira*. [S.l.: s.d.]. p. 4.

Segundo Machado, o Governo Cortez Pereira foi um dos “mais criativos e férteis do RN, com a criação de grandes projetos em vários setores da administração estadual”.⁸³ Dentre esses projetos estavam as Vilas Rurais, desenvolvidas pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA), órgão de economia mista pertencente ao governo estadual. O projeto Vilas Rurais, iniciado em 1972, baseava-se no cooperativismo e previa o direcionamento da mão-de-obra dispensada pelas salinas para o cultivo de caju, nas localidades de Serra do Mel e Serra do Carmo. Totalizariam vinte e duas vilas produtivas e uma administrativa industrial. Esta reuniria a cooperativa, as indústrias de beneficiamento do caju, um campo de pouso, um hospital e uma escola de primeiro grau. Nas vilas também seriam implantadas culturas de subsistência e criação de gado. Esse projeto não foi apoiado pelo governo seguinte, vindo a fracassar anos mais tarde.⁸⁴

Apesar do crescimento observado no ano de 1972, a situação dos salicultores não parecia boa, especialmente para os de pequeno e médio portes, pois não tinham condições de arcar com os custos da modernização. Necessitavam, portanto, de empréstimos para realizar a transição do sistema artesanal para o mecânico. Porém, segundo a maioria dos salicultores, os recursos eram escassos (públicos e privados), os incentivos insuficientes, as taxas de juros muito altas e as garantias de pagamento excessivas. Em resposta a essas reclamações, Pedro Cabral, diretor do Departamento Industrial do Banco do Estado do Rio Grande do Norte (BANDERN), alegava que, de 1967 a 1971, tinham sido concedidos créditos a mais de cem produtores norriograndenses pelo banco estadual. Quanto à taxa de juros sobre os créditos fornecidos (de 20 a 22%/ano), ele observava que eram compatíveis com a inflação do país, que girava em torno de

⁸³ MACHADO, João B. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/rnaweb/historia/republica/maias.htm>>. Acesso em: 23 jun 2004.

⁸⁴ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 233.

18 a 21%/ano. Em relação às garantias exigidas pelo BANDERN, Pedro Cabral afirmava que não eram maiores que as exigidas pelo BNDE e pelo Banco do Brasil: estavam numa proporção de “100 de garantia para 60 de recursos financiados”.⁸⁵

Foi nesse contexto de difícil capitalização que as salinas locais abriram suas portas, mais rapidamente, ao capital de grandes empresas nacionais e estrangeiras. A participação destas no setor salineiro de Macau, aconteceu através de obtenção de ações, ou mesmo da compra de salinas locais, agrupando-as para compor uma área extensa, necessária à produção em grande escala. Formaram-se, assim, *grandes* salinas, com *grandes* capitais, capazes de custear a racionalização da produção salífera e obter *grandes* lucros.

Alguns produtores locais optaram por não vender suas áreas e, em sua maioria, se uniram a outros, também da região, para enfrentar a concorrência com as novas grandes produtoras. Muitos deles, porém, perderam essa guerra velada. De acordo com Fernandes, em todo o Rio Grande do Norte, “no final da década de 60 e início da de 70 grande parte da produção estava sob o domínio de três grandes grupos estrangeiros”.⁸⁶ Eram eles o AKZO/CIRNE (holandês), o NORA LAGE/Henrique Lage (italiano) e o MORTON NORWICH PRODUCTS INC./SOSAL (norte-americano), estando este último instalado na região de Mossoró. Juntos elas agrupavam 41 empresas locais de um total de 93. Entre 1972 e 1976, a produção norriograndense estava distribuída entre grandes e pequenos produtores na proporção mostrada pela

4:

⁸⁵ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 30, p. 16, 1971.

⁸⁶ FERNANDES, Geraldo de M. *O sal: economia em questão*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995. p. 38.

Tabela 4 – Distribuição média do sal norte-riograndense entre os produtores (De 1972 a 1976)

Produtores								
Média/ano (t)	Pequenos (t/ano)	%	Médios (t/ano)	%	Oligopolistas (t/ano)	%	Artesanais (t/ano)	%
1.551,938	38.360	2,5	97.578	6,3	1.346.000	86,7	70.000	4,5

Fonte: ABERSAL apud PAIVA FILHO, Francisco das C. *Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte*. p. 24.

Essa distribuição demonstra a predominância das grandes salinas sobre as médias e pequenas. Porém, segundo os grandes salicultores, sua situação também não era favorável. Suas reclamações e reivindicações estão constantemente estampadas nas publicações da RN-ECONÔMICO. Elas podem ser resumidas numa matéria escrita por Carlos Câmara, diretor-técnico das Salinas São Paulo (Grupo Matarazzo). Segundo ele, o subconsumo humano e animal do sal, que chega a 1.000 t/ano, é uma grande barreira e deveria ser quebrada pelos governos, assim como a precariedade do sistema de transportes (responsáveis pelo alto preço do sal) e a falta de energia elétrica nas salinas.⁸⁷ Essas providências reduziriam o custo do produto e amenizariam o problema da superprodução do sal (que na safra de 1970/71 acumulou 700.000 toneladas da produção potiguar nos estaleiros das salinas), através do aumento do mercado interno, que estava sofrendo mais uma limitação: a retração nas indústrias nacionais de soda (grandes consumidoras de sal), devido à entrada da soda norte-americana no Brasil por preços abaixo dos nossos custos de produção.⁸⁸

Os altos juros e os curtos prazos dos empréstimos públicos continuavam sendo apontados como entraves ao desenvolvimento das salinas. Eles resultavam no aumento do custo da produção do sal, num momento em que o preço de sua comercialização estava em baixa,

⁸⁷ Em matéria publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, o Governo informava sobre a eletrificação da área urbana da cidade de Macau, inaugurada pelo então governador, Mons. Walfredo Gurgel. (DIÁRIO OFICIAL DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 09 dez 1969, p. 2).

⁸⁸ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 23, p. 12 e 29, 1971.

justamente devido a sua utilização nas indústrias químicas, que exigiam um sal mais barato do que o destinado ao uso doméstico. Com o aumento do preço do sal potiguar, muitas vezes, os grandes compradores recorriam a outros estados produtores como o Ceará, Piauí e Maranhão, com um sal cerca de 20% menos puro que o nosso, porém, bem mais barato.⁸⁹

A maioria dos produtores, no entanto, acreditava que a solução para todas as dificuldades enfrentadas pela atividade salineira no Estado era lançar-se ao mercado externo. Todavia, para concorrer no comércio internacional, segundo escrevia Paulo Barreto Viana, diretor da Henrique Lage, era indispensável eliminar os custos com o transporte da mercadoria até os navios atracados em alto mar.⁹⁰ Nesse sentido, ele reivindicava, juntamente com outros produtores, a construção de um porto capaz de receber grandes navios de carga, pois estes não podiam atracar no porto de Macau porque o Rio Assu, em maré baixa, tem uma profundidade de 1m, enquanto eles chegavam a ter “de 4 a 5m de calado”.⁹¹

Em 1972, os salicultores enfrentariam mais uma dificuldade: os empresários do Centro-Sul passaram a exigir, do Governo Federal, a regulamentação da política de incentivos fiscais. Alegavam, eles, que o Nordeste estava levando vantagem no processo de produção em relação ao Centro-Sul, através da associação de mão-de-obra mais barata a incentivos fiscais estaduais, resultando num produto mais barato. O Governo Federal resolveu atender à reivindicação determinando que, a partir de 01 de janeiro de 1973, os incentivos estaduais estariam sujeitos à aprovação em âmbito federal. O argumento utilizado para essa medida foi de que era preciso “corrigir ilegalidades que existem em grande número dentro do atual esquema do ICM”.⁹² Essa decisão gerou uma grande preocupação para empresariado e governo estaduais. O

⁸⁹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 29, p. 46, 1971.

⁹⁰ Ibid., n. 23, p. 30, 1971.

⁹¹ DANTAS, Hélio. *Memória de Macau*. 1998. p. 38.

⁹² RN-ECONÔMICO, Natal, n. 35, p. 8, 1972.

primeiro temia a falência de empresas diante do aumento das despesas tributárias, enquanto o segundo temia as conseqüências econômicas e sociais que sofreria caso a preocupação dos empresários se confirmasse, embora o Secretário da Fazenda Estadual, Augusto Carlos Viveiros, acreditasse que o benefício do ICM não garantia a sobrevivência de empresa alguma.⁹³ Para Nevaldo Rocha, diretor-presidente das Confecções Guararapes S.A., o Governo não deveria aplicar políticas iguais a economias tão díspares quanto a do Nordeste e a do Centro-Sul.⁹⁴

No ano de 1973, um novo acontecimento abalou a economia brasileira como um todo: a crise do petróleo no mercado internacional. Isso provocou forte recessão no país, em função do aumento de seu preço. Esse “declínio da atividade, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas”⁹⁵, atingiu fortemente o país, uma vez que, o petróleo era um dos principais produtos importados pelo Brasil.⁹⁶

Essa crise econômica mundial significou, para o Brasil, a diminuição da oferta de empréstimos estrangeiros, a queda no preço e na demanda das exportações brasileiras e o aumento no custo das importações. Conseqüentemente, o país, com uma economia dependente da economia internacional, entrou numa crise “social, política, econômica, institucional e financeira, com o recrudescimento inflacionário”.⁹⁷ Essa crise refletiu-se, claro, na economia do Rio Grande do Norte, como esclarece Paulo Santos:

⁹³ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 35, p. 7, 1972.

⁹⁴ Ibid., n. 35, p. 8, 1972.

⁹⁵ SANDRONI, Paulo. *Novo Dicionário de economia*. p. 224.

⁹⁶ Em 1973, o Brasil importava cerca de 80% do petróleo utilizado no país.

⁹⁷ CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. p. 246.

O Estado apresentava um balanço comercial com características de uma região importadora, pelo fato de sua pouca capacidade de produzir excedente para a exportação e da maior necessidade de importação. O próprio esforço que vinha sendo desenvolvido pelo país, visando elevar os níveis de exportação, não tinha recebido reflexos satisfatórios dos setores exportadores do Nordeste e, particularmente, do Rio Grande do Norte.⁹⁸

Outros projetos voltados para a região salineira também seriam elaborados pelo Governo Cortez Pereira. Dentre eles estavam o Projeto Camarão e o Pólo Geo-Petroquímico. O primeiro projeto citado foi criado em 1973, pelo BDRN, com participação da SUDENE. Objetivava a utilização de áreas desativadas de salinas por pequenos carcinicultores locais. Sua viabilidade econômica foi testada no Rio Potengi, em Natal, alcançando bons resultados que foram colocados à disposição da empresa privada, a fim de estimulá-la para essa atividade. Em 1977, no Governo Tarcísio Maia, esse projeto passaria a ser administrado pela Secretaria da Agricultura e em 1980, no Governo Lavoisier Maia, seria transferido para a Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte (EMPARN). Santos afirma, porém, que, na prática, o projeto não atendeu seu principal objetivo que era de gerar novas oportunidades aos pequenos produtores expulsos da atividade salineira pelo grande capital. Ao contrário, beneficiou aos grandes produtores ou grupos econômicos, em função dos altos investimentos iniciais que despendia, além de não ter gerado muitos empregos.⁹⁹

O segundo projeto (pólo Geo-Petroquímico), administrado pela ALCANORTE (empresa criada pelo Governo Federal) previa, dentre outras coisas, a construção de uma fábrica de barrilha¹⁰⁰ na região de Macau, para utilizar o calcário e sal abundantes; o

⁹⁸ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 246.

⁹⁹ *Ibid.*, p. 259.

¹⁰⁰ A barrilha é um produto químico à base de sal e calcário, utilizado na produção de vidro, de sabão, de soda cáustica, de cerâmica, de tecidos, de celulose, de borrachas, de alimentos, de óleos, de ceras, de cromados, de alumínio, e outras. (SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 200).

aproveitamento das águas-mães, ricas em minerais e desperdiçadas pelas salinas (devolvidas ao mar após a precipitação do sal); e a transformação do petróleo e do gás extraídos da costa (associados ao sal) em produtos petroquímicos, destinados às indústrias químicas nacionais e, quem sabe, às estrangeiras.¹⁰¹

A construção do Pólo foi iniciada em 1974, porém até hoje (2004) não foi concluída. Todavia, outros Estados como o Rio de Janeiro, o Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia, “grandes centros consumidores dos produtos elaborados no setor químico-industrial, implantaram com o respaldo do governo federal, cada um deles, um pólo químico, ficando o Rio Grande do Norte de fora”.¹⁰² (Ou seja, mais uma vez o Governo atendeu aos interesses do grande capital (proximidade aos centros consumidores, visando ^{ao} baixo custo com transporte), ignorando a necessidade de recuperação econômica e social de uma região naturalmente favorável à produção desses produtos (Macau).

Em 1974, os salineiros insistiam na abertura do mercado internacional, uma vez que, segundo Manoel Casado, Superintendente da CIRNE, até meados de 1972 o mercado interno não dava sinais de ampliação. Nesse sentido, o ano de 1974 trazia uma nova esperança para os salineiros potiguares: a conclusão do Porto-Ilha TERMISA pelo Governo Federal, no município de Areia Branca. Erguido a 11 Km da costa, o porto-ilha foi inaugurado oficialmente em fevereiro de 1974, mas só começaria a funcionar a partir de setembro do mesmo ano, tendo custado cerca de 300 milhões de cruzeiros (moeda da época). Sua estrutura comportava embarcações de grande porte e sua capacidade de estoque era de 95.000 toneladas de sal, enquanto a de escoamento poderia chegar a 1.500 t/ano.¹⁰³ Conforme Santos, em 1978 a

¹⁰¹ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 256.

¹⁰² FERNANDES, Geraldo Margela. *O Sal: uma economia em questão*. p. 101.

¹⁰³ SANTOS, op. cit., p. 238.

fontes dos assuntos

exportação de sal para Estados Unidos e África, através do porto-ilha de Areia Branca já era rotineira.¹⁰⁴

Os objetivos principais do porto-ilha eram aumentar a capacidade de exportação e reduzir os custos com o transporte da mercadoria. Todavia, segundo Paulo Barreto Viana, sua construção em Areia Branca não favorecia tanto aos salicultores da região de Macau quanto aos de Mossoró, pois estes estavam a 22 Km do embarcadouro enquanto aqueles se situavam a 45 Km. Por outro lado, os salicultores argumentavam que um porto-ilha em Macau seria inviável porque o transporte das salinas até ele exigiria barcaças de 1.200t, cujo calado só permitiriam o tráfego cerca de sete horas por dia. Assim, defendiam que o mais viável para o escoamento da produção de Macau, quase o dobro da de Areia Branca, seria seu redirecionamento para o Porto de Natal, através da Estação Ferroviária da Redinha. Para isso, seria necessário reativar a Estação e adaptar o porto para receber navios na outra margem do Rio Potengi, onde se encerraria a linha férrea.¹⁰⁵ Essa mesma idéia já havia sido exposta pelos produtores de Macau, na mesma revista, em setembro de 1971, quando ainda se discutia onde o porto-ilha seria construído.

De acordo com Margela, “os pequenos e médios produtores salineiros não tiveram acesso ao Porto-Ilha TERMISA, mesmo sendo ele construído e mantido com recursos públicos”¹⁰⁶ (através do Ministério dos Transportes). Isso ocorreu devido aos custos para transportar o sal até o porto-ilha e distribuí-lo em suas esteiras, que desembocam nos navios. Ou seja, ele atendeu somente às necessidades dos grandes produtores. O porto-ilha expulsou, ainda, do mercado de trabalho, vários homens que trabalhavam como alvarengueiros em Macau. Eles faziam o transporte do sal, em pequenas embarcações, do porto de Macau aos navios ancorados

¹⁰⁴ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 293.

¹⁰⁵ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 40, p. 23, 1973.

¹⁰⁶ FERNANDES, Geraldo Margela. *O Sal: uma economia em questão*. p. 104.

em alto mar. Aliás, para a maioria dos trabalhadores ligados direta (salinistas) ou indiretamente (arrumadores, barcaceiros, estivadores, carpinteiros navais, motoristas, etc.) à atividade salineira, a introdução das máquinas e a criação do porto-ilha representou nada além do desemprego. Felipe afirmou que, em 1970, cerca de 68% da população economicamente ativa (PEA) de Macau encontrava-se na “situação de desempregados e a cidade aparece, em um dado momento dessa crise, como um grande dormitório de aposentados e de trabalhadores sobrevivendo com o ‘benefício’ do INPS”.¹⁰⁷ T tamanha falta de perspectivas levou uma parte dos desempregados, por vezes acompanhados por suas famílias, a migrar para a Serra do Mel, em busca das Vilas Rurais, enquanto outra parte migrou para “outros centros produtores de sal – cidades do Centro-Sul, notadamente Santos/SP e Rio de Janeiro/RJ, à procura de emprego na atividade marítima, outros para Recife/PE e até para a Amazônia onde acreditavam encontrar trabalho”.¹⁰⁸ Segundo os censos demográficos de 1970 e 1980, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), a população total de Macau caiu de 25.789 para 24.071 habitantes. Enfim, o Porto-Ilha Termisa prejudicou um grande número de trabalhadores e não resolveu a dificuldade dos pequenos e médios produtores do Estado, nem foi a solução ideal para os grandes produtores da região de Macau, que continuaram embarcando uma parte de suas produções pelo sistema marítimo antigo (com o uso de alvarengas) e por terra.¹⁰⁹

Somando-se todas as dificuldades enfrentadas desde a intensificação da mecanização em 1967 até a regulamentação dos incentivos estaduais em 1972, a crise econômica de 1973, e a impossibilidade de utilização do porto-ilha, a falência de pequenas e médias salinas foi inevitável. Foi então que o Governador Cortez Pereira, em 1974, criou o FUNPESAL,

¹⁰⁷ FELIPE, José L. A. *Notas sobre a região de Macau*. Natal: UFRN, 1985. p. 9-13.

¹⁰⁸ SEBRAE (Rio Grande do Norte). *Diagnóstico do potencial turístico de Macau/RN*. Natal, 2000. p. 11.

¹⁰⁹ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 66, p. 9, 1975.

regulamentado pelo Decreto Estadual nº 6.479 de 18 de setembro de 1974, contando com o subsídio do Governo Federal.¹¹⁰ O FUNPESAL objetivava amenizar a situação do setor salineiro potiguar e incentivar a pesca no Estado.

Em relação ao setor salineiro, voltava-se, apenas à assistência de pequenas e médias salinas agrupadas numa empresa única ou em cooperativas, sem excluir os proprietários que optassem pela manutenção da empresa individual. O incentivo ao setor pesqueiro visava ao aproveitamento da mão-de-obra dispensada pela mecanização e, sobretudo, pela atividade do Porto-Ilha de Areia Branca. Neste caso, os mesmos barcos e homens antes ocupados com o transporte do sal até os navios seriam redirecionados para a pesca.¹¹¹

O FUNPESAL não seria o primeiro empreendimento deste tipo implantado no Rio Grande do Norte. O próprio Cortez Pereira já havia criado o Fundo de Minérios, que objetivava oferecer as garantias necessárias à obtenção de créditos junto à SUDENE, e o FUNTÊXTIL, através dos quais o Estado incentiva a ampliação das produções mineral e têxtil. E era com base nestes projetos bem sucedidos, segundo o próprio Cortez, que o FUNPESAL seria implantado no Estado. Seus recursos viriam da destinação 50%¹¹² da arrecadação obtida com o Imposto Único Sobre Minerais, de doações do poder público e privado, de financiamentos externos e internos, e dos próprios juros e comissões obtidos em suas operações.¹¹³

¹¹⁰ Para apoiar o FUNPESAL, o então Ministro da Indústria e Comércio, Pratini de Moraes, exigiu que se incentivasse o agrupamento dos pequenos e médios salineiros não por meio de cooperativas, mas de uma empresa única: a GRANDESAL, criada em 1973, após certo receio dos produtores que temiam unir seus patrimônios (RN-ECONÔMICO, Natal, n. 59, p. 13, 1975).

¹¹¹ Ibid., n. 59, p. 16, 1974.

¹¹² Os 50% restantes seriam utilizados, segundo o Governo Cortez Pereira, para equilibrar a economia do Estado, abalada pelas perdas no campo e as salinas causadas pelas enchentes de 1974. (Ibid., n. 59, p. 12, 1975).

¹¹³ Ibid., n. 59, p. 12, 1975.

Para a aprovação do FUNPESAL o Governo do Estado enfrentou uma batalha política, como informa uma matéria da RN-ECONÔMICO, publicada na revista nº 59, da qual segue um trecho:

Na realidade, o que para o governador Cortez Pereira significa uma tomada de posição em favor dos pequenos e médios salineiros do Estado, ameaçados de ir à bancarrota por falta de meios financeiros para se modernizar e sobreviver, pareceu aos seus inimigos políticos (da própria ARENA), bem como a alguns empresários do sal, uma medida discriminatória, porque beneficiava com incentivos fiscais e empréstimos a juros baixos, uma camada de produtores, em detrimento de outra que, conquanto mais poderosa, também se julgava necessitada dessas benesses.¹¹⁴

Segundo a continuação desta mesma matéria, dentre os políticos contrários ao FUNPESAL estava o futuro governador do Rio Grande do Norte, Tarcísio Maia. Este tentou impedir sua aprovação junto à Assembléia Legislativa Estadual, através de uma manobra política liderada pelo deputado estadual Moacyr Duarte. Isso chegou ao conhecimento de Cortez, gerando desentendimentos entre o então governador e o futuro governador. A resposta de Cortez a Tarcísio foi o aceleração da aprovação do Decreto-Lei. Quanto à classificação do FUNPESAL como discriminatório, Cortez disse que isso era indispensável no momento, diante da difícil situação em que se encontravam os pequenos e médios produtores de sal. O então governador afirmou, ainda, que o Fundo apoiaria, principalmente, as empresas e cooperativas que permitissem o “aproveitamento da mão-de-obra liberada com o início da operação do Terminal Salineiro de Areia Branca”.¹¹⁵

Em 15 de março de 1975, Tarcísio de Vasconcelos Maia tornou-se governador do Rio Grande do Norte. Conforme Mariz, ele promoveu uma “completa reviravolta no governo,

¹¹⁴ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 59, p. 11, 1975.

¹¹⁵ Ibid., n. 59, p. 19, 1974.

paralisando em princípio todos os programas iniciados ou idealizados por seu antecessor”.¹¹⁶ Isso justifica o fracasso de projetos como as Vilas Rurais e o Pólo Geo-Petroquímico e do FUNPESAL, que não chegou a funcionar.

Em julho de 1974, em entrevista à RN-ECONÔMICO, Tarcísio Maia comentava que as salinas do Estado estavam produzindo muito aquém de sua capacidade e que era preciso estimulá-las para que aumentassem sua produção, “quer seja para a exportação, quer seja para consumo interno”.¹¹⁷ Afirmava, também, que o Rio Grande do Norte encontrava-se endividado, como estavam vários outros brasileiros, entendendo, porém, que a obtenção de créditos externos fora algo necessário ao seu desenvolvimento tecnológico.

Em função da política modernizante desenvolvida no período militar, o Brasil havia assumido grandes dívidas, encerrando o “milagre” coroado por uma inflação e uma dívida externa nunca vistas antes.¹¹⁸ Isso demonstrava a vulnerabilidade das bases sobre as quais haviam sido erguidas a política econômica industrializante do Governo Militar. No Rio Grande do Norte, “as exportações regionais e estaduais tiveram decréscimos absolutos sob o aspecto de tonelagem e de valores monetários”.¹¹⁹ O número de importações superava o de exportações, causando déficit na balança comercial. Além da situação econômica nacional desfavorável, o Rio Grande Norte enfrentou, em 1974, adversidades naturais que também abalaram sua economia. Conforme Santos, este foi um ano de grandes inundações no interior “prejudicando as safras agrícolas e causando prejuízos imensos na região salineira do Estado. Calculava-se 175.000 toneladas de sal perdidas”.¹²⁰

¹¹⁶ MARIZ, Marlene da S. SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990)*: Estado, evolução política, social e econômica. Natal: Ed. CDF, 2001. p. 111.

¹¹⁷ RN-ECONÔMICO, Natal, n. 57, p. 12, 1974.

¹¹⁸ SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVII ao XXI)*. p. 105.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 246.

¹²⁰ *Ibid.*, p. 286.

Em 1974, a região salineira de Macau despedia-se do “milagre” numa situação nada satisfatória, exceto para uns três ou quatro salicultores estrangeiros que contavam com o subsídio de suas matrizes no exterior. Para a população regional, o desenvolvimento industrial deixou um saldo bastante negativo: falências e desemprego.

5 CONCLUSÃO

A industrialização do parque salineiro de Macau, portanto, não ocorreu de forma espontânea, por opção dos produtores locais. Ao contrário, ela foi impulsionada pela política industrializante do Governo Federal, intensificada durante o Regime Militar (1964-1985). Logo, o Estado foi protagonista nesse processo, mobilizando grande parte dos recursos necessários à sua concretização, seja através de crédito direto (financiamentos), seja através de incentivos fiscais que favoreceram a entrada do grande capital privado nacional e estrangeiro no ramo salineiro.

Todavia, o processo de mecanização das salinas da região de Macau resultou na concentração industrial nas mãos do grande capital, predominantemente internacional. Representou, assim, a desnacionalização de um produto básico para a indústria química nacional (concentrada no Centro-Sul) e para os consumos humano e animal do Brasil. Para os pequenos e médios produtores artesanais, que em sua maioria não conseguiram acompanhar as mudanças do sistema produtivo do sal, as conseqüências foram desastrosas: muitos encerraram suas atividades empresariais por não conseguirem concorrer com o preço e a qualidade do produto obtido nas salinas mecanizadas, chegando, por vezes, a assumir um outro papel dentro deste mesmo setor: o de operário das salinas modernas. Muitos, porém, abandonaram a região de Macau para tentar ingressar em outras atividades em locais variados, assim como um grande número dos operários dispensados pelas máquinas e pelo porto-ilha de Areia Branca.

Enfim, a “modernização” trouxe para os pequenos e médios salicultores da região salineira de Macau muitas falências e, por conseguinte, desemprego para os seus funcionários. Isso afetou todos os setores da economia regional, visto que reduziu o poder aquisitivo de boa parte da população local, prejudicando o setor comercial e o de serviços. Os reais beneficiários da

modernização foram os grandes produtores que lideraram a racionalização da atividade salineira na região que, apesar das dificuldades estruturais enfrentadas inicialmente, como o deficiente sistema de transportes para escoamento da produção em larga escala, conseguiram manter suas empresas em atividade, com lucros, no mínimo viáveis, uma vez que não abandonaram a produção salífera na região. Um ponto que os favoreceu foi o fato de não dependerem do mercado consumidor local, que eles haviam debilitado.

Não há dúvida de que a mecanização do setor favoreceu a produção salineira do Rio Grande do Norte: houve um grande aumento, um barateamento do produto final em torno de 70%, e uma grande melhoria na qualidade do sal produzido. Porém, os benefícios dessas conquistas não foram vistos pela população regional, que conheceu de perto, apenas, o ônus deste processo: falências, desemprego e pobreza. O Estado, força motriz da industrialização, não elaborou ou não concretizou programas capazes de contornar os efeitos sociais de sua atuação no parque salineiro de Macau.

Essa decadência econômica e social em que se encontrava a *terra do sal*, na década de 1970, contrastava com os tempos de fausto vividos no início do século XX, reconstituídos por Aurélio Pinheiro em seu romance *Macau*: “o dinheiro enchendo todas as algibeiras, os montes de sal transportados para os porões das galeras e dos bringues, o rio atestado de navios que içavam na popa pavilhões de todos os países”.¹²¹ Meio século depois desses momentos de glória, a terra do sal desfrutava, apenas, as limitações impostas pelo grande capital privado.

¹²¹ PINHEIRO, Aurélio. *Macau*. Natal: EDFRN, 2000. (Coleção Nordestina). p. 85.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Brasília, 1966-1967, 1970.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Natal, 1969.

RN-ECONÔMICO, Natal, 1969-1975.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/ Ed. Massangana; São Paulo: Ed. Cortez, 1999.

AVELINO, Gilberto. Canto para Macau. In: MONTEIRO, A. *Notas sobre a região de Macau*. Natal: UFRN, 1985. p. 6. (Coleção Textos Acadêmicos).

BANDEIRA, Moniz. *Cartéis e desnacionalização: a experiência brasileira: 1964-1974*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

BARROS, Benito. *Macauísmos: lugares e falares macauenses*. 2. ed. rev. amp. Macau: Imperial Casa Editora da Casqueira, 2001.

BRASIL. Ministério da Indústria e Comércio. *Sinopse estatística da indústria Salineira*. [S.l.: s.d.].

BRASIL. SUDENE. *Presença da Sudene no Rio grande do Norte*. Recife, 1978.

BRUM, Argemiro J. *Desenvolvimento econômico brasileiro*. 18. ed. Ijuí: Ed. da UNIJUÍ, Petrópolis: Vozes, 1997.

CANO, Wilson. *Reflexões sobre o Brasil e a nova (des)ordem internacional*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1993.

CAPES. *Estudos de desenvolvimento regional (Rio Grande do Norte)*. [S.l.], 1959.

CARDOSO, Otomar L. *Expansão do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: O autor, 2002.

DANTAS, Hélio. *Memória de Macau*. Natal: Graf. Santa Maria, 1998.

FELIPE, José L. A. Aspectos geo-econômicos da região de Macau. In: MONTEIRO, A. *Notas sobre a região de Macau*. Natal: UFRN, 1985. p. 9-13. (Coleção Textos Acadêmicos).

FERNANDES, Geraldo de Margela. *O Sal: economia em questão*. Natal: UFRN/CCHLA, 1995.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GOODMAN, David E.; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. *Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste*. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.

<<http://www.cimsal.com.br/impsm.html>>. Acesso em: 18 jun 2004.

<<http://www.riolagos.com.br/calsj/la-usos.htm>>. Acesso em 18 jun 2004.

<http://www.seol.com.br/rmnaweb/historia/republica/industrias_rn_70.htm>. Acesso em: 18 jun 2004.

IANNI, Octavio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

LIMA, Nestor. *Municípios do Rio Grande do Norte: Macaíba Macau, Martins e Mossoró*. Mossoró: ESAM, 1990. (Coleção Mossoroense. Série C, v. 599).

MACAU. Disponível em: <<http://www.macau.com.br/histórico.htm>>. Acesso em: 19 maio 2003.

MARIZ, Marlene da S. SUASSUNA, Luiz Eduardo B. *História do Rio Grande do Norte contemporâneo (1934-1990): Estado, evolução política, social e econômica*. Natal: Ed. CDF, 2001.

MENDONÇA, Sônia R. de. As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização. In: LINHARES, Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MONTEIRO, Anita M. de Q. (Org.). *Notas sobre a região de Macau*. Natal: UFRN, 1985. (Coleção Textos Acadêmicos).

O GOLPE de 1964. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_fatos_imagens/htm/fatos/Golpe64.htm>. Acesso em: 13 maio 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
O SAL no contexto econômico nacional. Mossoró: ESAM, 1989. (Coleção Mossoroense. Série B, n. 664).

PAIVA FILHO, Francisco das C. *Uma análise da dualidade do mercado produtor salineiro do Rio Grande do Norte*. Natal: Ed. Universitária, 1987.

PINHEIRO, Aurélio. *Macau*. Natal: EDFRN, 2000. (Coleção Nordestina).

SANDRONI, Paulo. *Novo dicionário de economia*. 3. ed. São Paulo: Ed. Best Seller.

SANTOS, Paulo P. dos. *Evolução econômica do Rio Grande do Norte (século XVI ao XXI)*. 2. ed. Natal: Departamento de Imprensa do Estado, 2002.

SANTOS, Rener S. R. dos. A modernização do parque salineiro de Macau: causas e efeitos. 1997. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

SEBRAE (Rio Grande do Norte). *Diagnóstico e plano diretor de desenvolvimento do município de Macau*. Natal, 1999.

SEBRAE (Rio Grande do Norte). *Diagnóstico do potencial turístico de Macau*. Natal, 2000.

SINGER, Paul. *A crise do “milagre”*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

SOUSA, Francisco C. O. de. O sindicalismo salineiro no Rio Grande do Norte (1964-1974). 1997. Monografia (Graduação em História) – UFRN, Natal.

SOUSA, Márcia M. L. As salinas do Rio Grande do Norte. *Caderno de História*, v. 2, n. 2, p. 24-29, jul./dez., 1995.

SOUZA, Itamar de. *BANDERN: origem e evolução*. Natal: Fundação José Augusto, 1985.

SWAP. Disponível em: http://www.estudando.com/economia/mercado_fin/swap.htm. Acesso em: 17 maio 2004.

TERRA e SAL, Natal: Ed. Universitária, v. 6, n. 6, 1985.